

Vinda dos açorianos para Santa Catarina: migração, povoamento, ocupação, colonização ou epopéia?

Sérgio Luiz Ferreira¹

As várias narrativas produzidas pela historiografia sobre o fenômeno da vinda dos açorianos para Santa Catarina o denominaram de diversas formas. Este fenômeno foi chamado de várias maneiras: migração, povoamento, ocupação, colonização e epopéia. Cada uma das expressões utilizadas carrega uma forma de enxergar o fenômeno e de encarar o episódio. Percebe-se também que de uma seção pequena de três páginas na edição de 1829 de Memória Política sobre a Capitania de Santa Catarina², o assunto foi ganhando cada vez mais páginas, a ponto de culminar com a edição de A epopéia Açórico-madeirense, de 490 páginas, em 1992.³ Esta adição do número de páginas sobre o assunto é emblemática da forma como o assunto foi tratado ao longo dos séculos XIX e XX e da importância que foi adquirindo ao longo do tempo em Santa Catarina.

A primeira vez que o assunto foi considerado pela historiografia catarinense foi em *Corografia Catarinense* do governador João Alberto de Miranda Ribeiro, escrita em 1797, mas só publicada em 1959. Nesta obra, ele fala do sucesso da vinda dos “primeiros casais das ilhas dos Açores para povoarem esta Ilha no ano de 1748”. A prosperidade dos açorianos se refletiria no fato de a capitania já contar, em 1797, com 5.191 escravos em uma população total de civis de 23.865. Ou seja, 21,75% da população total era composta por cativos. O governador diz ainda que “os povoadores do Rio de São Francisco (paulistas) são, sem contradição alguma, muito mais frouxos para a cultura das terras do que os sobreditos casais das Ilhas dos Açores”. Ele relata ainda que os não-açorianos gostam muito mais de caça e pesca do que da agricultura.⁴

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, professor do Centro Universitário Municipal de São José, SC, Coordenador Geral da Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes.

² BRITO, Paulo José Miguel de. Memória Política sobre a Capitania de Santa Catarina. Lisboa: Edição da Academia de Ciências de Lisboa, 1829. p. 23-25.

³ PIAZZA, Walter Fernando. A epopéia açórico-madeirense (1748-1756). Florianópolis: Editora da UFSC/Lunardelli. 1992.

⁴ LAYTANO, Dante de. Corografia de Santa Catarina. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, v. 245, out-dez. 1959. p. 158-159. A obra se baseia num documento descritivo da capitania

A segunda obra a tratar sobre o assunto, mas a primeira a ser publicada, foi Memória Política sobre a Capitania de Santa Catarina, de Paulo José Miguel de Brito, escrita no Rio de Janeiro em 1816 e publicada em Lisboa em 1829. Nesta obra, a vinda dos açorianos é tratada em poucos mais de três páginas. Na seção intitulada Colonização, o autor diz que as medidas tomadas para a colonização de Santa Catarina podem servir de norma para qualquer outra colonização que se quiser fazer no Brasil.⁵ O próximo autor a falar da migração foi Manoel Joaquim d'Almeida Coelho em Memória histórica da província de Santa Catarina, de 1853, nesta obra, os açorianos ganharam 6 páginas, sob o título “povoação açorita e madeirense”.⁶ O interessante é que muitos estudiosos em Santa Catarina utilizaram a expressão açorita, nome pelo qual os açorianos nunca se designaram em Portugal. Outros poucos autores ainda falaram sobre os açorianos durante o século XIX. Assim como Paulo José Miguel de Brito, Almeida Coelho considerou a colonização açoriana modelo para outras colonizações no Brasil, o Arcipreste Paiva também diz que os açorianos eram “colonos inteligentes e laboriosos”.⁷

Os historiadores do período republicano inauguram uma nova visão da presença açoriana em Santa Catarina, Jacinto Antônio de Mattos em Colonização do Estado de Santa Catarina: Dados históricos e estatísticos (1640-1916), publicada em 1917, fala da “extorsão da metrópole”, diz que os açoritais “não foram animados e estimulados. Foram ignobilmente oprimidos, explorados e expoliados”.⁸ Ele dedica duas seções da obra ao assunto: colonização açorita e situação do açorita em 1793, que se baseia no relatório do governador

escrito pelo governador João Alberto de Miranda Ribeiro, que administrou a capitania de 1793 a 1800. Nesta obra, a vinda dos açorianos ocupa a página 158.

⁵ BRITO, Paulo José Miguel de. Memória Política sobre a Capitania de Santa Catarina. Lisboa: Edição da Academia de Ciências de Lisboa, 1829. p. 22-26.

⁶ ALMEIDA COELHO, Manoel Joaquim d'. Memória Histórica da Província de Santa Catarina. 2ª. ed. Desterro: Tip. De J. J. Lopes, 1877. p. 16-22.

⁷ PAIVA, Pe. Joaquim Gomes d' Oliveira e. Notícia Geral da Província de Santa Catarina. Desterro: Tip. Da Regeneração, 1873. p. 8.

João Alberto de Miranda Ribeiro de 1793. Se no Império louvava-se a colonização açoriana como modelo, na República se vai dizer que os colonos eram bons, mas a Coroa não deu a devida atenção a eles.

No século XX, o Almirante Lucas Alexandre Boiteux escreveu sobre o assunto em duas ocasiões, primeiramente em Notas para a História Catarinense, de 1912, onde dedica 12 páginas⁹ e depois, tratando exclusivamente sobre o assunto, no artigo, de 48 páginas, intitulado *Açorianos e madeirenses em Santa Catarina*, publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,¹⁰ na seqüência do Primeiro Congresso de História Catarinense.¹¹ Neste artigo, Lucas Alexandre Boiteux cria mais uma expressão para designar este povo: açorenhos. O autor chama os açorianos de imigrados, imigrantes e colonos.

A primeira obra a tratar exclusivamente sobre a vinda dos açorianos para o Sul do Brasil foi Casais, do general João Borges Fortes, publicado no Rio de Janeiro em 1932. Ele dividiu a obra, de 271 páginas em 23 capítulos. No primeiro capítulo ele justifica o nome da obra de Casais, por ser a designação pela qual os açorianos ficaram conhecidos. Fala ainda dos antecedentes, os Açores, o êxodo dos açorianos e o adeus ao arquipélago. Diz que foi “um concerto de circunstâncias felizes”. Com a emigração, o governo português solucionava o problema econômico dos Açores, povoava “rapidamente e com eficiência de número, as terras onde urgente se tornava a fixação de seu predomínio” e também fazia a “felicidade dos povos que se ia criar e incrementar”. Para isso foram selecionados

⁸ MATTOS, Jacinto Antônio de. Colonização do Estado de Santa Catarina: Dados históricos e estatísticos (1640-1916). Fpolis: Tipografia d' O Dia, 1917. p. 27

⁹ BOITEUX, Lucas Alexandre. Notas para a História Catarinense. Florianópolis: Livraria Moderna, 1912. p. 217-228.

¹⁰ BOITEUX, Lucas Alexandre. Açorianos e madeirenses em Santa Catarina. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, v. 219, 1953. p. 122-169.

¹¹ Já discuti sobre o I Congresso de História Catarinense no primeiro capítulo.

colonizadores “pelos seus antecedentes morais e étnicos”.¹² Ele diz que a escolha dos açorianos foi uma seleção rigorosa física e moralmente. “Escolhendo os açorianos fortalecia-se o espírito lusitano nas terras novas do domínio português”. Diz ainda que os açorianos tinham “mais qualidades de inteligência, atividade e caráter do que os próprios filhos da velha metrópole”. O general escreve também que o sucesso do povoamento inicial do Sul foi o fato de o governo português não ter apelado para “tráfico monstruoso dos negros da África como fizera para povoar as “terras cultivadas do Norte” e na “cata do ouro no centro do país”.¹³ O sexto capítulo intitula-se Os casais em Santa Catarina, do sétimo capítulo até o vinte três, ele se dedica aos açorianos no Rio Grande do Sul.

No capítulo vinte dois, intitulado Pátria Nova, parece que o general responde a muitas questões colocados pelos estudiosos dos açorianos no Sul do Brasil. Ele se pergunta porque a história dos casais está se apagando na história da “evolução de nossa terra”. Ele diz que ela não pode se apagar porque “a história dos casais é a história do Rio Grande. Os açorianos “nada mais tem de comum com o arquipélago longínquo, só a saudade e a origem. Estavam integrados na Pátria Nova. Eram do Brasil”.¹⁴ Ele diz também que os “os dias afrouxaram lentamente todos os laços que os podiam prender ao velho ninho açoriano que haviam deixado em bandos, alvoroçados de alegrias e na ilusória visão da felicidade que tanto tardara a lhes chegar”.¹⁵ Ele continua: “se para lá (Açores) tivessem de volver, já não se sentiriam os mesmos, seriam estranhos na transformação que o perpassar dos anos vai sempre operando, a terra lhes pareceria diferente, como outras seriam as gentes que os receberiam”.¹⁶ O general toca inclusive na visão corrente sobre os descendentes dos açorianos no período. Ele diz que o “Rio Grande evolui, incrementa-se, prospera...

¹² BORGES FORTES, João. Op. cit. p. 43

¹³ Ibidem. p. 44

¹⁴ Ibidem. p. 249

¹⁵ Ibidem. p. 249-250

Lentamente, é certo, em sua marcha material. Os homens dos Açores eram quase incultos, as suas industrias elementares, o abandono a que se viram votados atrofiara-lhes a atividade e as iniciativas”. Mas por outro lado, “nenhuma das rijas fibras de suas qualidades morais se quebrantara. E foi essa a melhor herança que nos legaram”.¹⁷

A partir do Primeiro Congresso de História Catarinense, realizado em Florianópolis em 1948, o assunto passou a ganhar cada vez mais páginas. Neste evento, o médico Oswaldo Rodrigues Cabral apresentou uma conferência que foi publicada em 1950 pela Imprensa Oficial do Estado com 106 páginas. Intitulada *Os Açorianos*, a obra começou a ser escrita na década de 1930 e foi a primeira a tratar exaustivamente sobre os açorianos em Santa Catarina. Nesta obra Cabral tenta diferenciar os “açorianos fracassados” dos “açorianos vitoriosos” e justificar o “fracasso agrícola” do elemento açoriano. Ele chama os açorianos de povoadores. A obra foi organizada em sete capítulos. O primeiro é intitulado *O povoamento de Santa Catarina*. Neste capítulo, Cabral fala da história catarinense anterior à chegada dos açorianos e da necessidade de sua vinda. Ele cita Borges Fortes, para dizer que o açoriano era “aquela gente inigualável para a missão de radicar nas terras novas a consciência lididamente portuguesa como elas exigiam”.¹⁸ O capítulo segundo se chama *Povoadores e transporte*, nele Cabral diz que os açorianos solicitaram ao rei o transporte para o Sul do Brasil. Ele desfia todo um rosário de causas que levaram os ilhéus a solicitarem o transporte: miséria, falta de terras, abalos sísmicos. Estas causas têm sido sistematicamente repetidas pelos autores que tratam dos açorianos em Santa Catarina.

Neste capítulo ainda Cabral relata os transportes dos açorianos de 1747 a 1756 e finaliza dizendo que o contingente de açorianos chegados a Santa Catarina foi o maior ocorrido de uma só empreitada dentro do império lusitano em todos os tempos. O capítulo

¹⁶ Ibidem. p. 250

¹⁷ Ibidem. p. 250-251

terceiro intitula-se *A terra prometida* e fala sobre o assentamento dos açorianos nas várias localidades da ilha de Santa Catarina e do continente fronteiriço. O autor cita, inclusive, o Alvará régio de 4 de abril de 1755 que permitiu aos vassallos d'El Rei na América o casamento com aborígenes, declarando que os que assim procedessem não seriam tidos como infames, ao contrário, seriam dignos de sua Real atenção. O Alvará ainda proibia que fossem os seus filhos e descendentes chamados de “cabouculos” ou de outros termos injuriosos. Segundo Cabral este alvará pretendia “incrementar o povoamento e extinguir preconceitos”.¹⁹

O capítulo quarto tem como título *As primeiras culturas e os primeiros trabalhos*. Neste momento o autor vai enumerando as várias culturas tentadas pelos colonos e as impostas pelo governador como o algodão e o linho cânhamo. Ele termina dizendo que por volta de 1775, a maioria dos povoadores e seus descendentes já tinham largado a terra, alguns por desânimo, outros obrigados pelos mais fortes. A visão de Cabral é que aqueles que ficaram ligados à terra fracassaram.

Cabral chamou o capítulo quinto de *Desorganização da vida colonial*. Neste capítulo ele elenca várias razões para justificar o “fracasso agrícola do elemento açoriano”. Para ele uma das razões foi o fato de ter sido estabelecida muita gente na ilha, sendo dessa forma as propriedades muito pequenas, enquanto que, no continente, muitas terras permaneceram incultas. Ele cita, inclusive o vice-rei Marquês de Lavradio, para repercutir um preconceito já existente no século XVIII, o de que naquela gente “ingeriu-se a preguiça natural desse país e a miséria que era infalível”.²⁰ Outro fator apontado por Cabral para o fracasso foi o constante recrutamento militar dos colonos. A falta mão-de-obra escrava também teria contribuído para a pobreza da capitania.

¹⁸ CABRAL. Oswaldo Rodrigues. Os Açorianos. Op. cit. p. 517

¹⁹ Ibidem. p. 538

O capítulo sexto é intitulado *O fracasso agrícola do açoriano*, apesar de que ele já viesse ensaiando e argumentando sobre esta sua tese. Ele vai mencionando todas as culturas tentadas na Ilha de Santa Catarina e conclui que a produção de farinha de mandioca foi a grande cultura no século XVIII, sendo exportada para muitos estados. Não sei porque Cabral não chega a falar sobre o cultivo do café nos séculos XIX e XX. Se a farinha de mandioca foi o principal produto de exportação no século XVIII, nos séculos XIX e XX sua produção ainda continuou grande, mas destinada basicamente à subsistência. O principal produto agrícola exportado nestes dois séculos foi o café, o chamado café sombreado da Ilha de Santa Catarina. Depois de discorrer sobre o “fracasso agrícola”, Cabral termina a obra com o capítulo *A posição do açoriano na evolução social de Santa Catarina*. É aqui que Cabral faz a distinção entre os “açorianos fracassados e os vitoriosos”. Fracassados são os que ficaram ligados à terra e vitoriosos os que a largaram que foram para a cidade.

Nos Açores hoje, o pesquisador que mais se dedicou à história daquele arquipélago no século XVIII é o Professor Doutor Avelino de Freitas Meneses que publicou os Açores nas encruzilhadas de setecentos (1740-1770) em dois tomos: I - Poderes e instituições e II. Economia. Este autor é taxativo em afirmar que miséria, falta de terra e abalos sísmicos sempre existiram no Arquipélago e que a década de 1740 não foi das piores para os ilhéus, foi até um período de relativa expansão econômica. Ele relata que a Coroa portuguesa dificilmente se sensibilizaria por causa da petição de habitantes pobres que pediam para migrar. Meneses afirma textualmente que a causa da colonização do Sul do Brasil foi de natureza militar atendendo aos interesses da Coroa de tomar posse definitiva do Sul da América através do “Uti-possidetis”. Para ele a vinda dos açorianos foi uma colonização, haja vista que vieram para ocupar território. Outra razão forte para pensar assim, segundo

²⁰ Ibidem. p. 554

ele, é o fato de que os colonos vieram com funções militares, organizados militarmente em companhias.²¹

A vinda dos açorianos, que no início do século XIX recebeu uma seção pequena de três páginas na edição de 1829, foi ganhando cada vez mais páginas, a ponto de culminar com a edição de A epopéia Açórico-madeirense, de 490 páginas, em 1992.²² Esta adição do número de páginas sobre o assunto é emblemática da forma como o assunto foi tratado ao longo dos séculos XIX e XX e da importância que foi adquirindo ao longo do tempo em Santa Catarina. O título da obra já revela a atitude do historiador frente ao seu objeto de estudo. Chamar a vinda dos açorianos de epopéia é dar-lhe um caráter heróico e poético que remete a coisas grandiosas e sublimes.

Esta obra de Walter Fernando Piazza é considerada a obra mais completa sobre a vinda dos açorianos para Santa Catarina. Walter Fernando Piazza foi o primeiro historiador de ofício, nascido em Santa Catarina, a tratar sobre o assunto. Nascido em Nova Trento, Santa Catarina, em 1925, graduado em história e geografia, doutor em Ciências Humanas, foi professor da Universidade Federal de Santa Catarina, onde se aposentou. O que diferencia Piazza de todos os outros autores anteriores é o fato de que ele pesquisou não só em arquivos brasileiros, mas em muitos arquivos portugueses e, inclusive, açorianos. A obra está dividida em doze capítulos. O capítulo primeiro fala sobre a “problemática sócio-econômica dos Açores no século XVIII”. Ele dedica 15 páginas às “razões dos açorianos para a migração”, são elas vulcanismo, superpopulação, crises alimentares e razões políticas.

²¹ MENESES, Avelino de Freitas. Os Açores nas encruzilhadas de Setecentos I – Poderes e Instituições. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1993 e MENESES, Avelino de Freitas. Os Açores nas encruzilhadas de Setecentos II - Economia. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1995.

²² PIAZZA, Walter Fernando. A epopéia açórico-madeirense (1748-1756). Florianópolis: Editora da UFSC/Lunardelli. 1992.

O capítulo segundo trata da política portuguesa do “uti-possidetis” e da ação de Alexandre de Gusmão. O princípio do “uti-possidetis” determinava que as novas terras pertenciam a quem de fato as ocupasse. Para Avelino de Freitas Meneses, esta foi a principal e determinante razão para a vinda dos açorianos para o Sul do Brasil. O capítulo terceiro fala sobre a decisão real de enviar açorianos e madeirense ao sul do Brasil. O capítulo quarto fala sobre as instruções para as autoridades insulanas para o alistamento dos casais. O capítulo quinto relata os preparativos para o recebimento dos açorianos no Brasil e o papel do governador da capitania de Santa Catarina, Brigadeiro José da Silva Paes.

O capítulo sexto trata da atribuição das câmaras açorianas nas eleições dos oficiais de ordenanças. Aqui está uma das razões que Avelino Meneses aponta para caracterizar a vinda dos açorianos como uma colonização, o fato de terem vindo organizados em companhias de ordenanças já nos navios e a manutenção destas companhias em todas as freguesias e vilas do sul do Brasil. Ou seja, vieram com funções militares bem determinadas.

O sétimo capítulo fala sobre os “assentos” para o transporte, ou seja, sobre as várias levadas trazidas pelo primeiro transportador, Feliciano Velho Oldenberg e pelo segundo, Francisco de Souza Fagundes. Ele termina o capítulo fazendo um quadro comparativo entre os números de açorianos chegados a Santa Catarina segundo os historiadores catarinenses.

TABELA 1
Quantidade de açorianos migrados para Santa Catarina segundo os historiadores

Autor	Quantidade de transportados
Paulo José Miguel de Brito *	2.627
Manoel Joaquim d’ Almeida Coelho **	4.024
Jacinto Antônio de Mattos ***	4.021
João Borges Fortes ****	5.545
Lucas Alexandre Boiteux *****	4.893
Oswaldo Rodrigues Cabral *****	4.525
Walter Fernando Piazza *****	6.000

Fontes:

- *BRITO, Paulo José Miguel de. OP. cit. p. 24.
**ALMEIDA COELHO, Manoel Joaquim d'. Op. cit. p. 20-21
***MATTOS, Jacinto Antônio de. A colonização do estado de Santa Catarina: dados históricos e estatísticos (1640-1916). Florianópolis: Tipografia d' O Dia, 1917. p. 21.
****BORGES FORTES, João. Op. cit, p.57-58.
*****BOITEUX, Lucas Alexandre. Açorianos e madeirenses. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. 219, 1953. p. 122-169.
*****CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Os açorianos. Op. cit. p. 523
*****PIAZZA. Walter Fernando. Op. cit. p. 354

Percebe-se que os números variam bastante de autor para autor. O próprio Oswaldo Rodrigues Cabral admitiu mais tarde que os números que mais se aproximavam da realidade eram os coletados por Walter Fernando Piazza em fontes primárias nos arquivos açorianos. Piazza elaborou um quadro onde demonstra todas as viagens empreendidas entre 1747 e 1754. A última viagem trazia 520 madeirenses e partiu do Funchal em abril de 1756, mas o navio naufragou no litoral da Bahia.²³ Os últimos cinco capítulos são dedicados à chegada ao Brasil, a formação das comunidades, o cumprimento das promessas régias, os gastos da fazenda real, a explosão demográfica e os resultados do povoamento açoriano no sul do Brasil. Em termos documentais esta obra é considerada a mais completa sobre o episódio.

²³ PIAZZA, Walter Fernando. A epopéia açórico-madeirense. Op. Cit. p. 355